



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



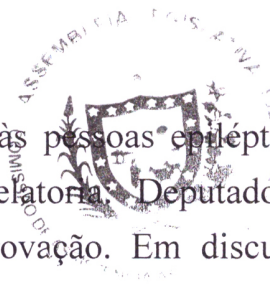
ATA



ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 18ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016.

Às nove horas do dia onze de outubro do ano de dois mil e dezesseis, no Mini Plenário “Deputado Judivan Cabral”, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para tratar sobre os temas de sua competência e deliberar sobre a pauta da mencionada Comissão. Sob a Presidência do deputado Frei Anastácio e contando com as presenças dos deputados João Gonçalves, Jutay Menezes e Raniery Paulino. Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ato contínuo convidou o deputado Jutay Menezes para secretariar os trabalhos, que procedeu à leitura da Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de junho de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade e sem restrições. Na sequência, colocaram-se em apreciação e votação os seguintes projetos de lei: 658/2016 – do deputado Dinaldinho Wanderely – que torna obrigatória à numeração das cadeiras nas salas de cinema do estado da Paraíba e dá outras providências. Relatoria: Deputado Jutay Menezes, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 675/2016 – do deputado Nabor Wanderley – que dispõe sobre a

02



prioridade à prevenção da epilepsia e assistência às pessoas epilépticas no estado da Paraíba e dá outras providências. Relatoria: Deputado Jutay Menezes, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 715/2016 - do deputado Jutay Menezes – que determina a obrigatoriedade das instituições comerciais, industriais e financeiras a fornecerem, por escrito, sempre que solicitado, o(s) motivo(s) de indeferimento de crédito ao consumidor e dá outras providências. Relatoria: Deputado João Gonçalves, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 723/2016 - do deputado Tovar Correia Lima – que proíbe a cobrança de taxa de repetência, taxa sobre disciplina eletiva e taxa de prova por parte das instituições particulares de ensino superior no âmbito do estado da Paraíba e dá outras providências. Relatoria: Deputado Jutay Menezes, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 731/2016 – do deputado Edmilson Soares – que dispõe sobre a obrigatoriedade de calibrador de pneus em postos de combustíveis e dá outras providências. Relatoria: Deputado João Gonçalves, em substituição ao deputado Frei Anastácio, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 734/2016 – do deputado Raniery Paulino – que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais informarem em seus cardápios sobre a ausência de glúten e/ou lactose em suas refeições. Relatoria: Deputado João Gonçalves, em substituição ao Deputado Frei Anastácio, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 763/2016 – do Deputado Tovar Correia Lima Torna – que obrigatória a instalação de placas em braile contendo a relação dos linhas de ônibus e seus itinerários nos terminais rodoviários do Estado. Relatoria: Deputado Raniery Paulino, que emitiu

Assinatura manuscrita em azul.

Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 786/2016 – Do Deputado Adriano Galdino - que veda a distinção de preço para pagamento em dinheiro, cheque e cartões de crédito ou débito pelos estabelecimentos comerciais, no Estado da Paraíba. Relatoria: Deputado Raniery Paulino, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, o Deputado João Gonçalves opinou pela Inconstitucionalidade da matéria, mas se mostrou favorável ao Parecer. Na sequência O Parecer foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade, com a ressalva do Deputado João Gonçalves. 789/2016 – do deputado Adriano Galdino – que institui o dia estadual em memória das vítimas do holocausto. Relatoria: Deputado Jutay Menezes, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 797/2016 – do deputado Galego Souza – que determina a proibição de exibição, divulgação e apresentação de outdoor, cartazes ou qualquer material publicitário, que contenha apelo erótico e depreciar a pessoa humana como objeto sexual, e dá outras providências. Relatoria: Deputado João Gonçalves, que ressaltou tratar-se de matéria polêmica, mas emitiu parecer pela aprovação. Em discussão o Parecer, o Deputado Raniery fez algumas ponderações acerca da matéria, afirmando que a norma restringe a criatividade da publicidade paraibana, mas disse que votaria pela aprovação. O Deputado Jutay Menezes opinou que a matéria se tratava de competência municipal. Em votação, aprovado o Parecer por maioria, com o voto contrário do Deputado Jutay Menezes. 799/2016 –do deputado João Gonçalves – que obriga o estabelecimento responsável pela comercialização de bicicleta a registrar o número fiscal emitido ao consumidor, e dá outras providências. Relatoria: Deputado Raniery Paulino, em substituição ao deputado Frei Anastácio, que emitiu Parecer de Mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 803/2016 – do deputado Adriano Galdino – que dispõe sobre a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano



butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 anos no estado da Paraíba e dá outras providências. Relatoria: Deputado Raniery Paulino, em substituição ao deputado Frei Anastácio, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 814/2016 - do deputado Adriano Galdino –que institui a política de direitos humanos e assistência a filhos de mulheres apenadas ou filhos que tenham mães assassinadas no âmbito do estado da Paraíba e dá outras providências. Relatoria: Deputado Jutay Menezes, que emitiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão o Parecer, o Deputado João Gonçalves ressaltou que já existia matéria com o mesmo teor, mas votaria favorável à matéria, e o deputado Raniery Paulino fez algumas ressalvas sobre o projeto, esclarecendo alguns pontos importantes. Na sequência o Parecer foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 815/2016 – do deputado Caio Roberto – que proíbe o fornecedor de impedir ou dificultar a escolha pelo consumidor, no âmbito do estado, do posto de assistência técnica autorizada a que deve recorrer em caso de vícios ocorridos no produto, durante o período de garantia. Relatoria: Deputado João Gonçalves, em substituição ao deputado Caio Roberto, que ressaltou ser a matéria de competência da União, e que ela já estaria contemplada no Código de Defesa do Consumidor, mas afirmou que votaria favoravelmente pela aprovação. Na sequência o deputado Raniery Paulino pediu vista para uma melhor análise. Pedido acolhido pelo presidente, que retirou o projeto de pauta. 827/2016 – do deputado Adriano Galdino – que proíbe a cobrança de multas ou taxas abusivas dos consumidores pelo extravio ou danificação de comanda, cartão de consumo ou congênere. Relatoria: Deputado Jutay Menezes, que emitiu Parecer de mérito pela aprovação. Em discussão o Parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Na sequência ele foi colocado em votação. Aprovado o Parecer por unanimidade. 833/2016 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO – que estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa, na parte frontal dos rótulos de todos produtos, comercializados no estado da Paraíba, que utilizem gás butano e/ou propano, sobre o risco de morte que a prática de inalar referido gás pode causar. O Deputado Raniery Paulino pediu vista para uma melhor análise.



Pedido acolhido pelo Presidente, que retirou o projeto de pauta. Ato contínuo o deputado Frei Anastácio agradeceu a presença dos parlamentares e declarou encerrada a reunião. Lavrando a presente Ata Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada, será assinada e rubricada em todas as suas folhas pelo Presidente da comissão, em conformidade com o disposto no artigo 60 do RI desta Casa Legislativa. Mini Plenário Deputado Judivan Cabral. João Pessoa, 11 de outubro de 2016.


Deputado Frei Anastácio

- Presidente -